



5 de maio de 2017

Defesa dos empregos, salários e conquistas sociais

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- Combater a reforma do ensino médio, defendendo as reivindicações que unificam os professores, estudantes e explorados em geral.
- Rejeitar a política de submissão do movimento às manobras do Congresso Nacional.
- Potenciar a democracia sindical (operária).

Vote na Chapa 3 – Oposição Unificada **Vote nos candidatos da Oposição Unificada** **para o Conselho de Representantes**

Programa da Corrente Proletária às eleições da Apeoesp

Independência política e sindical

Chamamos os professores a recuperar a Apeoesp, retirando-a das mãos do reformismo petista

Chamamos os professores a enfrentar com os métodos da ação direta as reformas dos governos que retiram direitos, mutilam a educação pública e ampliam a exploração do trabalho

Chamamos os professores à luta unitária com a classe operária e demais trabalhadores para derrotar o capitalismo putrefato e implantar o socialismo como a única via de pôr fim à barbárie social da humanidade

Rechaçar a estratégia do imperialismo de superar sua crise sobre a base das demissões, eliminação de direitos trabalhistas e aumento da superexploração do trabalho
Rechaçar o intervencionismo econômico, político e militar sobre as nações semicoloniais

Defender a autodeterminação dos povos oprimidos

Agrava-se a crise mundial do capitalismo. As potências impõem maior submissão às nações mais atrasadas. O intervencionismo militar esfacela países inteiros. A fome e a miséria se alastram. Milhares e milhares de imigrantes fogem das guerras e da miséria, buscando refúgio nos países europeus. Por onde andam, ficam expostos a toda sorte de discriminação e repressão. A barbárie social cresce assustadoramente por toda parte. A diretriz da burguesia à desagregação do capitalismo é de maior sacrifício aos explorados. Para a maioria oprimida, a única resposta é o enfrentamento, o acirramento da luta de classes. Nossa luta tem como estratégia o combate ao sistema de exploração do trabalho e a defesa da sociedade socialista, que só poderá ser implantada pela via da revolução proletária.

Abaixo o governo golpista de Temer
Derrubar as reformas antinacionais e antipopulares com os métodos próprios dos explorados

Com o aprofundamento da crise econômica, intensificou-se a crise política. As forças orgânicas da burguesia, sob a proteção do imperialismo, depuseram Dilma Rousseff por meio de um golpe institucional. Instalou-se o governo golpista de Temer com a tarefa de impor as reformas antinacionais e antipopulares. Atolado na corrupção, mas amparado pelas forças golpistas, Temer vem aprovando as medidas reacionárias contra a economia nacional e

contra os explorados, como a desnacionalização da terra, a Lei da terceirização, a PEC do Teto dos gastos, a privatização do petróleo e demais setores-chaves, bem como a reforma do ensino médio. São, assim, despejado sobre as massas um conjunto de medidas que retira direitos históricos, além de manter o arrocho salarial e atingir a vida de milhões de famílias com o desemprego. Ao contrário de semear ilusões em alternativas eleitorais para substituir o golpista, os trabalhadores devem defender as reivindicações que unificam a maioria oprimida e que se chocam com o sistema de exploração do trabalho, seu governo e partidos. Devem propagandear a estratégia do governo operário e camponês, resultado da revolução social.

Constituir a frente única sindical, baseada nas assembleias e nos comitês de base, para pôr abaixo as reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio

As centrais sindicais devem ter com tarefa a constituição de uma verdadeira frente única sindical, que objetiva enfrentar o governo golpista e suas reformas, com os métodos genuínos da classe operária. As centrais não podem utilizar seus enormes aparatos para dividir os explorados. As direções da CUT e Força Sindical, que são as duas maiores, têm conduzido suas bases para o beco sem saída da pressão parlamentar e do desgaste eleitoral do atual governo, com vistas às eleições de 2018, como é o caso dos cutistas, empenhados em eleger Lula; já a burocracia sindical forcionista apoia a Reforma da Previdência, propondo reparos, aceitando a sua essência. Trata-se, portanto, de uma linha política divisionista, na medida em que existem amplos setores que não estão dispostos a ficar a reboque da campanha lulista e nem a favor das reformas disfarçadas. O que unifica o movimento de massas é justamente a luta nas ruas pela derrubada das Reformas Trabalhista e Previdenciária. A divisão tem favorecido o governo, que ainda não enfrentou a resistência dos explorados, que terá de vir por meio da greve geral por tempo indeterminado.

Por uma verdadeira greve geral

Essa é uma questão urgente. Os dias 8, 15 e 31 de março foram iniciativas importantes, mas não contaram com a presença da classe operária por meio da greve. As centrais marcaram nova paralisação para o dia 28 de abril. Mas as direções sindicais já realizaram um desmonte das greves dos trabalhadores da educação, iniciadas em 15 de março. Não será com suspensão de greves que se imporá a greve geral. Ao contrário, ela virá pela generalização das greves. Sabemos que será pela via da greve geral por tempo indeterminado que poderemos reunir a força social suficiente para derrotar o governo golpista e suas reformas. Rechaçamos a farsa dos “esquentas, que só servem para postergar a luta. As medidas já estão sendo aprovadas pelo governo golpista. É preciso erguer já um amplo movimento de resistência.

Rejeitar a política de submissão do movimento às manobras do Congresso Nacional

Não há como confiar nas instituições do Estado burguês para encaminhar a luta contra as reformas. A atitude da direção da Apeoesp de rejeitar a greve a partir do dia 15 se mostrou fracassada e ainda colocou em isolamento o movimento dos municipais de São Paulo. O atrelamento das lutas dos trabalhadores ao calendário de votações do Congresso Nacional é derrota anunciada. O combate deve ser pela derrubada dos projetos, o que independe do dia em que está previsto para ser votado. Os trabalhadores devem confiar em suas próprias forças e se colocar inteiramente no campo da independência de classe. Os explorados devem confiar em suas próprias forças.

Combater a reforma do ensino médio, defendendo as reivindicações que unificam os professores, estudantes e explorados em geral

A decadência da educação e a precarização das condições de ensino são consequências da decomposição do capitalismo. Conforme agudiza a crise econômica, os governos se veem na contingência de impor reformas que desobrigam o Estado com o financiamento da educação. Não há como implantar medidas em favor da educação pública nos marcos do regime capitalista e de suas instituições. Ao contrário, na medida em que se aprofunda a crise do sistema, as limitadas conquistas são arrancadas. É o que se passa com as reformas que há muito vem sendo impostas pelos partidos que alcançam o poder do Estado. Não há possibilidade de uma “educação de qualidade” sem que se coloque por derrotar o sistema de exploração do trabalho e seu Estado. Está aí por que a luta pelas reivindicações de defesa da educação gratuita se choca com o governo. E é por meio dessa luta que impoemos, como nossos métodos, um único sistema de ensino, gratuito, laico e voltado à produção social. Nesse momento, centralizamos nossas forças no combate à reforma do ensino médio, ao fechamento de salas de aula, à precarização das condições de ensino. E levantamos as reivindicações de 25 alunos por sala de aula, fim dos contratos precários de trabalho, fim da terceirização nas escolas, reajuste imediato dos salários e fim de todas as medidas que penalizam os professores. É por meio dessa luta que unificaremos com os demais explorados e estudantes.

Defesa dos empregos, salários e conquistas sociais

Os professores há muito sofrem o peso dos baixos salários, do subemprego, dos contratos precários e das medidas que aumentam a exploração do trabalho. Uma parcela vem ampliando a jornada de trabalho, combinando o cargo efetivo com os contratos de categoria F ou O. Outra, tem recorrido à rede municipal, submetendo a jornadas estafantes. Essa tem sido a alternativa para manter a família. Mas, o resultado tem sido o aumento de doenças de toda natureza. Por outro lado, a cada ano vem crescendo o número de professores desempregados ou subempregados. Não por acaso, estamos obrigados a recorrer a greve, na tentativa de impor as reivindicações de defesa da vida e da educação pública. Sabemos o quanto é difícil a greve contra a política do PSDB/Alckmin. Mas sabemos também que será pela força coletiva dos professores que poderemos conquistar nossas reivindicações. Está aí por que lutamos contra as divisões no interior das escolas e contra a não aceitação das deliberações de assembleias gerais, porque só fortalecem as ações repressivas do governador. Lutamos: *piso salarial de acordo com o salário mínimo vital, hoje em torno de R\$ 4.600,00; estabilidade aos professores contratados, independentemente do tempo de serviço e da aprovação em concursos; salas de aula com no máximo 25 alunos, redução da jornada de trabalho (escala móvel das horas de trabalho, com a divisão de todas as aulas entre todos os professores aptos; fim de toda legislação que precariza e destrói a educação pública e fim da reforma da previdência, trabalhista e do ensino médio.*

Combater toda forma de discriminação e opressão

É inerente ao capitalismo as desigualdades, as discriminações e as opressões. Toda sociedade de classes é de opressão de uma minoria sobre a maioria explorada. Mas foi sob o capitalismo que a opressão ganhou proporções gigantescas. O desemprego e a miséria esfacelam as relações sociais, atingindo as famílias e proliferando a violência. Para a burguesia, a saída está no aumento da repressão policial e nas prisões. Setores da classe média responsabilizam os homens pela violência às mulheres, apoiando-se nas pseudo teorias de “gênero” e “machismo”. E, assim, exigem “prisões” e “mais educação”. Denunciam a polícia pela matança de jovens, principalmente negros, mas não se colocam pela extinção do aparato policial. Combatem a discriminação aos homossexuais, no entanto, se valem das instituições do Estado burguês. É fundamental que compreendamos que a opressão sobre os negros, mulheres e homossexuais é de classe. Sem derrotar a sociedade de classes não erradicaremos a opressão. É na luta pelas reivindicações de defesa das mulheres que unificaremos homens e mulheres exploradas contra o sistema capitalista, raiz da violência de classe. É na luta pelas reivindicações de defesa dos negros e homossexuais que unificaremos a maioria oprimida para pôr abaixo toda sorte de discriminação e opressão. O capitalismo em putrefação sequer é capaz de amenizar a opressão sobre a mulher, os negros e homossexuais. Haja vista que as leis destinadas a coibição das discriminações e da violência não são aplicáveis e não são constituídas para resolver a opressão. Qualquer ilusão na via legislativa, judiciária e educacional obstaculiza a luta pelas reivindicações mais elementares e o desenvolvimento da luta pelo fim das discriminações. Partimos das reivindicações que protegem as mulheres, negros e homossexuais para a conquista da emancipação e da igualdade. *Está aí por que mulheres e homens explorados pela classe capitalista devem estar irmanados sob a política do proletariado e sob o programa de reivindicações que leve à luta pelo fim da sociedade de classes e pela libertação da mulher da escravidão do lar, da dupla jornada de trabalho, de toda sorte de discriminação, da mutilação da função social da maternidade, da privação ao direito de decidir sobre o aborto, da prepotência do homem que emana das relações capitalista de propriedade e de toda violência que inferniza o dia a dia da maioria das mulheres.*

Que o Estado assuma integralmente o direito à mulher à saúde pública; que a maternidade seja reconhecida como função social da humanidade; que se coloque fim à dupla jornada, libertando a mulher da economia privada familiar; que toda mulher seja incorporada à produção social, com um salário compatível às necessidades; que o direito ao aborto seja reconhecido pelo Estado, que garanta todas as condições hospitalares e medicinais; que o Estado construa creches, lavanderias e restaurantes públicos.

Total igualdade entre negros e brancos. Trabalho igual, salário igual. Fim da violência estatal, policial, contra os negros.

Defesa das reivindicações democráticas que se contrapõem à discriminação aos homossexuais. Responsabilização do Estado pelo ódio obscurantista aos homossexuais e pela violência sofrida. Direito de livre manifestação do amor sexual.

Potenciar a democracia sindical (operária).

Há um obstáculo que impede o avanço da luta dos explorados, que é a ausência da democracia nos sindicatos e centrais. Para que os trabalhadores possam confiar em suas próprias forças, é necessário que encontrem uma organização sindical sem os atuais vícios burocráticos. É o que passa na Apeoesp (assembleias, congressos, conselhos de representantes, etc. inteiramente controlados pela direção majoritária/ PT e PCdoB). Para combater esse obstáculo, é preciso defender consequentemente a democracia sindical em todas as instâncias do sindicato. O que implica a consolidação de uma Oposição, baseada inteiramente nos princípios fundamentais de funcionamento dos organismos dos trabalhadores. É preciso que levantemos a defesa da democracia operária. Combater o aparelhamento da entidade. E impulsionar o direito de livre expressão e a mais ampla organização dos trabalhadores a partir da base.